

Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura: análise de experiências no estado de Pernambuco



LIMA, Filipe Augusto Xavier¹, MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de², WIZNIEWSKY, José Geraldo³, VARGAS, Leticia Paludo⁴.

Resumo

O presente trabalho analisa como diferentes situações socioeconômicas, produtivas e ambientais de agricultores familiares influenciam o desenvolvimento rural. Como está se dando a relação entre Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura no desenvolvimento rural? Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo? Para responder a essas questões, a pesquisa que nos serviu de base foi um estudo comparativo a partir de dois municípios do Estado de Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, no Sertão, e São Lourenço da Mata, localizado na região metropolitana do Recife. Por

esse meio, identificaram-se, no âmbito da Agroecologia e da multifuncionalidade da agricultura, as dificuldades e potencialidades de estratégias de reprodução dos agricultores familiares dos municípios em questão.

Palavras-chaves: Agricultura familiar. Desenvolvimento rural. Pnater. Transição agroecológica.

Agroecology and the agriculture multifunctionality: analysis of experiences in the State of Pernambuco

Abstract

This paper analyzes how different socioeconomic situations, productive farmers and environmental influence rural development. How is the relationship between giving Agroecology and

¹ Engenheiro Agrônomo e Licenciado em Ciências Agrícolas, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Faixa de Camobi, Km 09 - Campus, Prédio 44, Sala 5106, CEP 97105-900 - Santa Maria, RS, Brasil. *E-mail:* filipeaxlima@hotmail.com

² Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP 52171-900 - Recife, PE, Brasil. *E-mail:* mattos@ded.ufrpe.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Faixa de Camobi, Km 09 - Campus, Prédio 44, Sala 5106, CEP 97105-900 - Santa Maria, RS, Brasil. *E-mail:* zecowiz@gmail.com

⁴ Zootecnista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. Faixa de Camobi, Km 09 - Campus, Prédio 44, Sala 5106, CEP 97105-900 - Santa Maria, RS, Brasil. *E-mail:* leticiavargas@zootecnista.com.br

multifunctionality of agriculture in rural development? What are the main difficulties in this process? To answer these questions, the research that served as the basis was a comparative study from two cities in the state of Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, in the Hinterland, and São Lourenço da Mata, located in the metropolitan area of Recife. By this means, we identified within the Agroecology and the multifunctionality of agriculture, the difficulties and potentialities of reproduction strategies of farmers in the municipalities concerned.

Keywords: Family farming. Pnater. Rural development. Agroecological transition.

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de analisar como diferentes situações socioeconômicas, produtivas e ambientais de agricultores familiares influenciam o desenvolvimento rural, este trabalho aborda duas experiências de transição agroecológica envolvendo agricultores familiares dos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde, na mesorregião do Sertão, e São Lourenço da Mata, localizado na região metropolitana do Recife, Estado de Pernambuco.

Trata-se de dois espaços regionais de tamanho pequeno a médio. Voltados anteriormente para a agricultura pautada no monocultivo da cana-de-açúcar, ambos os municípios concentram atualmente importantes experiências de transição agroecológica, as quais se desenvolveram

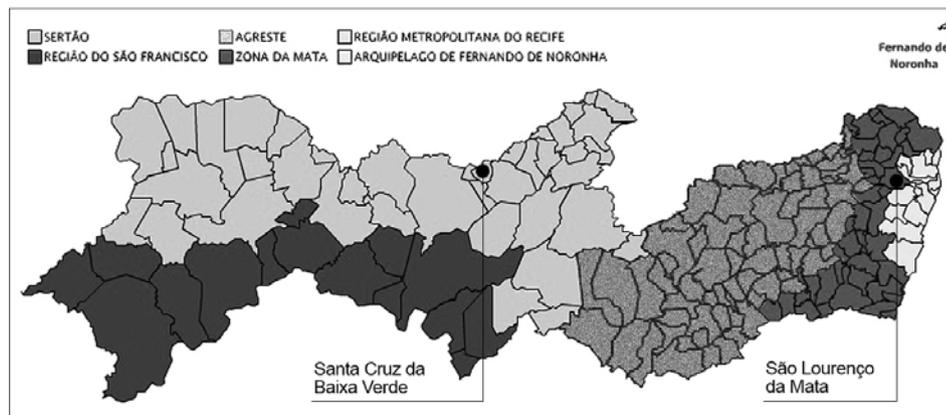
no primeiro caso, a partir da década de 1990, e no segundo caso, nos anos de 2000. Sujeitos aos mesmos efeitos de um modelo de agricultura de caráter predatório para as populações rurais menos favorecidas, o processo de transição agroecológica desses dois municípios foi motivado, a princípio, para fazer frente aos manejos tradicionais associados à cana-de-açúcar, centrados num modelo convencional e excludente de agricultura, característico da Revolução Verde.

No município de Santa Cruz da Baixa Verde, alguns agricultores participaram de um processo de transição agroecológica⁵ que contou inicialmente com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Triunfo, do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED) e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, durante a década de 1990.

Dentro desse processo de transição, foi fundada no ano de 1996, a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde). A Adessu iniciou sua trajetória com o número de doze famílias e tinha, dentre seus objetivos: desenvolver atividades agrícolas que gerassem renda e preservassem o meio ambiente, promover a organização dos agricultores, trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção e incentivar a integração de jovens e mulheres ao trabalho.

Atualmente, além do Centro Sabiá, a também organização não governamental Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor) e o Instituto Agrônomo de Pernam-

Figura 1 – Mapa do estado de Pernambuco



Fonte: INSTITUTO AGRÔNOMICO DE PERNAMBUCO, 2013.
Nota: Mapa adaptado pelos autores.

⁵ Para Caporal (2009), por se tratar de um processo social, ou seja, por depender da ação humana, a transição agroecológica implica não somente a busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores envolvidos, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais.



buco (IPA), que é o órgão estadual responsável pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em Pernambuco, em parceria com associações e sindicatos locais, também vem desenvolvendo projetos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

No caso do município de São Lourenço da Mata, alguns agricultores do Assentamento de Reforma Agrária Chico Mendes III estão participando de um processo de transição agroecológica participativa para o fortalecimento das famílias agricultoras no que concerne a sua produção e reprodução, iniciado no ano de 2008, com o apoio da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). O assentamento está dividido em cinco núcleos familiares, cada um com onze famílias, totalizando 55 famílias assentadas.

A produção agropecuária no assentamento Chico Mendes III é diversificada, porém em pequena quantidade. A pouca renda familiar advém do período de colheita com a venda de milho, feijão, mandioca e em alguns casos da aposentadoria. A degradação do solo, a baixa produtividade, a ocorrência de pragas na monocultura do milho, do feijão e da mandioca tem resultado em baixa produção de alimentos e de renda para as famílias. Isso está obrigando mais famílias do Assentamento Chico Mendes III a buscar novas alternativas de fazer agricultura,

menos danosas ao meio ambiente visando a recuperação da fertilidade do solo e da vegetação do local (MATTOS et al., 2010).

Uma alternativa viável econômica e ambientalmente em municípios pernambucanos tem sido a adoção de modelos de agriculturas de base ecológica, que geram renda e recuperam a fertilidade do sistema.

Nesse sentido, a adoção de sistemas diversificados como a agrofloresta, a base de plantas frutíferas e essências florestais nativas da região, policultivos diversificados tornaram-se uma alternativa viável econômica e ambientalmente para as famílias de Chico

Mendes III. Contudo, isso somente logrará êxito se alicerçada em processos educativos dialógicos e participativos que compreendam os assentados como protagonistas das suas próprias ações e os extensionistas como facilitadores destes processos educativos (MATTOS et al., 2010).

A opção então foi iniciar o processo de transição agroecológica a partir do conhecimento dos assentados, por meio de visitas de intercâmbio a propriedades de base ecológica e constituir Unidades Experimentais Agroecológicas (UEA) para estudar sistemas de produção agroecológicos envolvendo policultivos com hortaliças, agrofloresta e adubação verde, com vistas à comercialização.

A partir dessas experiências, cabe-nos questionar: Como está se dando a transição agroecológica entre os agricultores familiares? Como está se dando a relação entre Agroecologia e a multifuncionalidade da agricultura para o processo de desenvolvimento rural? Quais as principais dificuldades enfrentadas nesse processo?

Por meio do uso de métodos de base qualitativa, essas questões foram analisadas tendo como referência empírica dois estudos de caso circunscritos nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e de São Lourenço da Mata, onde foram realizadas entrevistas com agricultores familiares e com representantes de associações. Foram também realizadas visitas aos agricultores dos

municípios para observação direta da rotina dos trabalhos de produção e comercialização e utilizados dados fornecidos por fontes secundárias, a exemplo da Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde (Adessu Baixa Verde), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Este último, particularmente, dispõe de cadastros de produtores atualizados, com informações como localização/ endereço das unidades produtivas do município de Santa Cruz da Baixa Verde, caracterizando-se, dessa forma como um veículo importante para execução da pesquisa.

A importância deste trabalho está na possibilidade de contribuir para a compreensão e aprofundamento teórico em torno dos aspectos relacionados à adoção de uma estratégia de base ecológica na produção, comercialização e geração de renda, trazendo subsídios para as políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas aos agricultores familiares.

2 AGROECOLOGIA E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

Nos últimos anos, em oposição ao modelo de agricultura convencional, diversos estilos de agricultura têm sido adotados em diferentes localidades. Inicialmente, tais estilos de agricultura foram denominados de agricultura alternativa, constituindo entre os exemplos, a agricultura biodinâmica, a orgânica, a biológica, a natural, a ecológica, a permacultura, e a agroecológica, que mais recentemente passaram a ser chamadas de manifestações de agriculturas de base ecológica e agriculturas sustentáveis (COSTABEBER, 1998).

Atualmente, a Agroecologia é uma das opções que vêm sendo destacadas como um campo de conhecimento científico que vai orientar uma agricultura sustentável e economicamente rentável e promissora, pois, como observam Candiotto, Carrijo e Oliveira (2008), além de produzir sem a dependência do uso de agrotóxicos, encontra-se destinada à subsistência e à qualidade de vida do agricultor familiar e

de sua família, promovendo também sua inserção em um mercado de produtos gerados a partir da agricultura sustentável que vem se ampliando cada vez mais. Entretanto, a literatura especializada adverte que a Agroecologia não se orienta apenas pela busca por mercados de nichos, nem se pauta tão-somente na substituição de insumos químicos por insumos orgânicos ou ecológicos.

A corrente agroecológica é bem mais abrangente, e sugere a consolidação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2007b). Caporal e Costabeber (2007a) admitem que, diferentemente de procedimentos agrícolas que se orientam exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um bom desempenho econômico, as práticas de agriculturas sustentáveis se apoiam na ideia de justiça social e de proteção ambiental, contribuindo, assim, mais eficazmente para o desenvolvimento rural. Para Saquet (2008), a Agroecologia nos remete a uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, capaz de promover a inclusão social, proporcionando melhores condições econômicas aos agricultores, aliada à segurança alimentar dos próprios produtores e consumidores em geral.

Em essência, a literatura especializada admite que a Agroecologia vem se constituindo em um novo paradigma de desenvolvimento rural em todo o mundo, apresentando-se como uma ciência integradora de diferentes disciplinas científicas, sendo atribuída como sua principal característica a capacidade de se nutrir dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores, extensionistas e dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno local em suas ações (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Enquanto novo paradigma, atribui-se à Agroecologia a capacidade de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental e da crise agrícola-ecológica presentes em nossa época (ALTIERI, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). O que, segundo Altieri (2009), se torna possível, porque a Agroecologia fornece as bases metodológicas para a compreensão,

tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam.

No Brasil, segundo Schmitt (2009), a Agroecologia passou a se afirmar como uma referência conceitual e metodológica, sobretudo a partir da década de 1990, quando a incorporação dessa abordagem por uma parcela significativa das organizações da sociedade civil, ligadas às formas alternativas de agricultura, foi precedida por diversas críticas e contestações aos impactos sociais e ambientais gerados pela modernização conservadora da agricultura brasileira.

Tais discussões, como observam Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), têm se refletido no âmbito do ensino nas universidades e órgãos de pesquisa e extensão, revelando, segundo esses autores, a existência de sinais de mudança na academia diante dos efeitos negativos da modernização agrícola sobre a sociedade e a natureza. Este fato vem contribuindo para que a Agroecologia venha ganhando cada vez mais espaço para a firmação de um desenvolvimento rural menos predatório, através de um uso mais sustentável das terras e do meio ambiente (BALESTRO; SAUER, 2009).

Com efeito, a Agroecologia vem sendo reconhecida, mundialmente, pela literatura e pelos atores do mundo rural (agricultores, pesquisadores, extensionistas etc.), como uma abordagem alternativa da agricultura para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (ALTIERI, 2009; GLIESSMAN, 2001). Os estudiosos do assunto admitem que a Agroecologia seja capaz também de permitir a construção do conhecimento a partir da interação de saberes entre os diferentes atores locais (BURG, 2006).

Apesar de ainda ser considerada uma noção nova, Almeida (2003) observa que

[...] a Agroecologia está cada vez mais presente nos debates sociais atuais, pela frequente associação às noções de agricultura e desenvolvimento sustentáveis, tendo uma incidência em espaços geográficos e sociais bem circunscritos. (p. 5).

Nesta perspectiva, Theodoro, Duarte e Rocha (2009) afirmam que a Agroecologia representa uma nova abordagem de agricultura e

do desenvolvimento agrícola, pois este modelo tem suas práticas fundamentadas no conhecimento tradicional local da agricultura, aliadas a conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Isso significa dizer que a Agroecologia não restringe suas práticas tão somente ao modo rústico e artesanal de produzir alimentos e criar animais, ou seja, ela também é adepta de algumas tecnologias modernas, sendo que estas, impreterivelmente, devem estar apropriadas à realidade de cada agricultor.

De acordo com Caporal e Costabeber (2007a), a Agroecologia, enquanto enfoque científico, destina-se a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural para novos modelos de agriculturas sustentáveis. Ou seja, trata-se de um enfoque agroecológico, que, segundo Gliessman (2001), pode ser definido como a “[...] aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis.” (p. 56). Nesta mesma linha de análise, Costabeber (2004) acrescenta que, além dos princípios da Ecologia, outras diversas áreas de conhecimento, como a Agronomia, Sociologia, Antropologia, Comunicação e Economia Ecológica estão presentes no enfoque agroecológico, e que, somente através de uma constante interação entre elas, é possível tornar os agroecossistemas mais sustentáveis através do tempo.

Gomes de Almeida (2009) ressalta que esse enfoque agroecológico passou a fazer parte das propostas e reivindicações da maioria dos grandes movimentos sociais do campo, seja como elemento estruturador de suas ações, ou como um campo de inovação, que deve ser exercido pelos movimentos e apoiado pelas políticas públicas.

Outro aspecto que vem sendo destacado na literatura diz respeito às especificidades de técnicas ecológicas, que não tentam modificar ou transformar de forma radical os ecossistemas, mas tratam de identificar elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção (ALTIERI, 1996). Isso porque, a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias alternativas e heterogêneas, com adequa-

nal de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Agroecologia, cuja finalidade é o financiamento de projetos de investimento de sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos (BRASIL, 2011). Isso porque, pelo fato de a agricultura familiar possuir uma série de características intrínsecas, que a diferencia de outras formas de ocupações agrárias, como a existência do policultivo, de diferentes escalas de produção, mas, principalmente, pela sua forma própria de exploração agrícola e de organização social, ela é apontada como o segmento com as condições mais adequadas para implantação do modelo de produção agroecológica (COSTABEBER, 1998).

Nessa perspectiva, a Agroecologia apresenta-se como a referência para o fortalecimento da agricultura familiar, através do uso de metodologias participativas, mobilizando os diferentes atores sociais envolvidos no processo de Desenvolvimento Rural Sustentável. O que, na concepção de Burg (2006) trará, como consequência, a integração dos universos culturais de agricultores, de profissionais de diversas áreas e de pesquisadores. Como advertem Theodoro, Duarte e Rocha (2009), porém, existe um longo processo de aprendizagem a ser traçado, pois o conhecimento em Agroecologia não é construído ou gerado de forma instantânea, e que além da apropriação social de seus princípios, práticas e métodos, outros elementos são essenciais para a sua aplicação, bem como as condições socioculturais e econômicas em que as populações rurais estão inseridas, sua identidade local e até mesmo práticas religiosas. Assim, a construção do conhecimento em Agroecologia

[...] dá-se através de processos, havendo necessidade de integração do conhecimento específico e de vários ramos do saber e do emprego de uma visão sistêmica para a organização deste conhecimento (BURG, 2006, p. 139).

A respeito da multifuncionalidade da agricultura, Laurent (2000 apud FROEHLICH et al., 2004) afirma que, de um modo geral, ela está relacionada ao reconhecimento de que a agricultura e os agricultores não são respon-

sáveis apenas pela produção agropecuária, ou seja, incorporam-se novas funções à sua dinâmica, dentre as quais se destacam: a garantia da qualidade dos alimentos; a manutenção da produtividade do solo; a conservação das características paisagísticas das regiões; a proteção ambiental no meio rural; a manutenção de um tecido econômico e social rural; a conservação do capital cultural; e a diversificação das atividades rurais.

Ainda de acordo com Laurent (2000 apud SCHMIDT, 2003), a definição de multifuncionalidade está relacionada a um projeto de sociedade, onde se incluem as funções econômicas, sociais e ambientais da agricultura. De forma semelhante, Carneiro e Maluf (2003) consideram que a abordagem da multifuncionalidade valoriza as peculiaridades do agrícola e do rural, na medida em que extrapola a noção de agricultura apenas como produtora de bens agrícolas, ampliando o campo de suas funções sociais, como por exemplo, tornando-se responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos e biodiversidade) do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

A introdução da multifuncionalidade no âmbito dos estudos sobre a agricultura familiar vem permitindo analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, na medida em que considera, além dos componentes econômicos, aspectos relacionados ao meio ambiente, à segurança alimentar e ao patrimônio cultural (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009b).

Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009b), a noção da multifuncionalidade torna-se útil à realidade brasileira, quando considerada como um instrumento de análise dos processos sociais agrários, capaz de avaliar aspectos econômicos, dinâmicas e fatos sociais presentes na agricultura, envolvendo as famílias rurais, o território, a sociedade e as políticas públicas. No que diz respeito particularmente à Agroecologia, a multifuncionalidade se expressa ao se contemplar as dimensões social e ambiental mais do que a dimensão econômica (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009a).

Neste sentido, a agricultura familiar assumiria, na perspectiva de Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), a capacidade de valorizar os recursos locais (naturais e socioinstitucionais), de criar alternativas para a sua reprodução, agindo como um mecanismo social que atua contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Como admitem ainda esses autores, tal mecanismo funda-se na busca por uma melhor adequação entre estes recursos e as pretensões das famílias e comunidades agricultoras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, em Santa Cruz da Baixa Verde, observa-se uma tendência de aumento do número de agricultores e das práticas agroecológicas ali desenvolvidas. Isso porque, os agricultores consideram que os aspectos positivos sobressaem-se nessa experiência, seja em termos de aumento da renda, preservação ambiental, criação de espaços de comercialização por meio das feiras agroecológicas e participação nos programas governamentais de aquisição de produtos. O que, por conseguinte, representa elementos importantes para se pensar o desenvolvimento rural.

Atribui-se esse crescimento aos estímulos dados pela prefeitura de Santa Cruz da Baixa Verde e de municípios vizinhos, que incentivam o abastecimento com base em produtos orgânicos. Além disso, não se pode descartar a importância da política instituída pelo Governo Federal e Estadual de compra dos produtos oriundos da agricultura familiar, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que atende o Programa FOME ZERO, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). É importante destacar que os produtos orgânicos recebem um pagamento diferenciado pela Conab, onde a diferença pode chegar a até 30% em relação a alimentos produzidos convencionalmente.

Contudo, os agricultores que vêm desenvolvendo práticas agroecológicas no município,

além de ter a assessoria da Adessu e do Centro Sabiá, contam também com a participação do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que vem desenvolvendo suas atividades de Ater baseadas na Lei N° 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Nessa lei, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) é definida como:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização, das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar, também, que o número de agricultores familiares que desenvolvem sistemas de produção de base ecológica no município, a partir da transição, vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, a exemplo do número de agricultores associados da Adessu, que passou de 12 para 45 desde a sua criação, no ano de 1996. Além disso, o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde⁸, que conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, abrange um universo de mais de 200 famílias da região.

Entretanto, entre as dificuldades enfrentadas na experiência agroecológica dos agricul-

⁸ O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde teve como principal desafio instalar uma agroindústria familiar, com o objetivo de fortalecer os processos produtivos e a geração de renda para as famílias envolvidas. Na agroindústria, destacam-se a produção de rapadura e de mel de engenho, produtos oriundos de cana-de-açúcar plantada em base ecológica nos sítios dos agricultores familiares. Vale destacar que alguns agricultores vêm realizando, além da produção, o processamento de alimentos em sua propriedade. Para eles, a opção tem sido comercializar os seus produtos em feiras agroecológicas da região, melhorando o acesso à renda e fortalecendo a economia da região.

tores familiares de Santa Cruz da Baixa Verde, as principais estão relacionadas a questões como a falta de crédito e incentivos para a realização das práticas agroecológicas, o que, na opinião deles, vem comprometendo o desempenho econômico-produtivo da agricultura de base ecológica. Tal dado reforça a ideia de que a disponibilidade de crédito e de incentivos, independentemente do modelo de agricultura adotado, constitui uma ferramenta de fundamental importância para a implantação e manutenção dos sistemas agrários.



O assentamento Chico Mendes III, localizado em São Lourenço da Mata, apresenta características promissoras para a produção e comercialização de alimentos. Essa ideia vem se fortalecendo com a realização da Copa do mundo em 2014, com a construção do estádio no município e de inúmeros pontos de comércio, pousadas, etc. a 10 km do assentamento, que poderão se constituir em demanda de alimentos e uma oportunidade atrativa para geração de renda aos assentados de Chico Mendes⁹. Isso porque, no assentamento Chico Mendes III há uma grande diversidade de cultivos (alface, coentro, cenoura, quiabo, pepino, melancia, melão, jerimum, inhame da costa, batata-doce, feijão de corda irrigado no verão (áreas próximas as nascentes), feijão mulatinho, milho, abacaxi, mandioca, cana-de-açúcar, mamão papaya, mamão caiana, uva, banana, araçá, acerola, goiaba, laranja, manga, pinha, caju, azeitona, cajá, jaca, etc. Também criam-se bovinos, caprinos, equinos, suínos, galinhas, patos, peixes (tilápia, carpa, tambaqui) e galinhas de angola, etc. Essa diversidade de cultivos ocorre ao redor das moradias lembrando quintais agroflorestais ou sítios típicos de fundo de engenhos da cana-

-de-açúcar. Contudo, segundo os assentados essa produção em pequena escala é incapaz de garantir alimentação e renda suficientes e condições dignas as famílias assentadas.

Além disso, diferentemente da experiência agroecológica do município de Santa Cruz da Baixa Verde, os agricultores que vêm desenvolvendo práticas agroecológicas no Assentamento Chico Mendes III, não recebem estímulos de prefeituras locais para o abastecimento com base em produtos orgânicos, nem participam da política instituída pelo Governo Federal e Estadual de compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Também não contam com a assessoria de Organizações Governamentais voltadas para o desenvolvimento rural nem com os serviços de assistência técnica e extensão rural realizados pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Entretanto, apesar das dificuldades, nos dois casos, o aumento no número de agricultores familiares que desenvolvem sistemas de produção de base ecológica é significativo e por isso mesmo eles oferecem uma oportunidade interessante para analisar os efeitos de configurações sociais distintas sobre o desenvolvimento rural – não só sobre a construção, mas também sobre a qualidade e a sustentabilidade deste processo.

⁹ São Lourenço da Mata é uma das 12 cidades-sede escolhidas para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1-26, 2003.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: ROMANO, J. y EYKMAN, W. (Org.). **La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: curricula y perfil profesional**. Rio de Janeiro: REDCAPA/EDUR, 1996.

BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade do rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V.; (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 3 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Cartilha de acesso ao PRONAF: saiba como obter crédito para a agricultura familiar**. Brasília, DF: SEBRAE; MDA/SAF, 2011.

BURG, I. A construção do conhecimento em Agroecologia: uma abordagem a partir da experiência do Sudoeste paranaense. In: LOVATO, P. E.; SCHMIDT, W. (Org.). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexos de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: Argos, 2006.

CANDIOTTO, L. Z. P; CARRIJO, B. R.; OLIVEIRA, J. A. de. A Agroecologia e as agroflorestas no contexto de uma agricultura sustentável. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER; IICA, 2007a.

_____. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 2007b.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-Itima%20VersoI.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2013.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009a.

_____. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009b.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998. 422 f. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História)- Universidade de Córdoba, Córdoba, 1998. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Tese_Jose_Costabeber.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Documentos referenciais dos eventos de Agroecologia realizados no Rio Grande do Sul (1999-2003). In: CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar; Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

FROELICH, J. M. et al. Multifuncionalidade do espaço rural na Região Central do Rio Grande do Sul: análise exploratória. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER; UFMT, 2004. 1 CD-ROM.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos produtivos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOMES DE ALMEIDA, S. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: Paulo Petersen (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Unidades do IPA**. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/unidadesdoipa/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

MATTOS, J. L. S. et al. **Transição agroecológica no Assentamento Potozi – PE**: relatório técnico. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise agrária contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SALDANHA, J. C.; ANTONGIOVANNI, L.; SCARIM, P. C. Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

SAQUET, A. A. Reflexões sobre a agroecologia no Brasil. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. F.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHMIDT, W. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; ROCHA, E. L. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Org.). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável**, Rio de Janeiro: Garmond, 2009.